

PROCESSO Nº. 0700.000052/2016-01

A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE, torna público que realizará DIS-PENSA EMERGENCIAL na forma PRESENCIAL para Aquisição de **VÁLVULAS E ACESSÓRIOS DE TUBULAÇÃO PARA A ETA GAVIÃO**.

1. DO TIPO: Menor Preço.

2. DA FORMA DE FORNECIMENTO: INTEGRAL.

3. OBJETO: Aquisição de **VÁLVULAS E ACESSÓRIOS DE TUBULAÇÃO PARA A ETA GAVIÃO** de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

4. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO

4.1. O edital está disponível gratuitamente no sítio www.cagece.com.br.

4.2. O certame será realizado na forma presencial na sala 01 da Gerência de Manutenção Estratégica GEMAE, localizada na Avenida Carneiro de Mendonça S/N. Telefone de contato: 85 - 3101.5639 / 3101.5642.

5. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

5.1. Início da sessão de disputa de preços: 07/12/2016 às 09:30h

5.2. Para todas as referências de tempo será observado o horário de local (Fortaleza-Ceará)

5.3. Na hipótese de não haver expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.

6. DO ENDEREÇO PARA A ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO

6.1. Avenida Carneiro de Mendonça S/N. Fortaleza – Ceará, CEP: 60.510-137, Telefone de contato: 85-3101.5639/ 3101.5642.

6.2. Conter no anverso do envelope o nome do "**Aquisição de VÁLVULAS E ACESSÓRIOS DE TUBULAÇÃO PARA A ETA GAVIÃO**, aos cuidados de Elizângela Faustino."

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da **Aquisição de VÁLVULAS E ACESSÓRIOS DE TUBULAÇÃO PARA A ETA GAVIÃO** correrão pela fonte de Tarifa de contingência.

8. DA PARTICIPAÇÃO

- 8.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.
- 8.2. É vedada a participação de pessoa física e de pessoa jurídica nos seguintes casos:
- 8.2.1. Sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua constituição.
 - 8.2.2. Que tenham em comum um ou mais sócios cotistas e/ou prepostos com procuração.
 - 8.2.3. Que estejam em estado de insolvência civil, sob processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.
 - 8.2.4. Impedidas de licitar e contratar com a Administração.
 - 8.2.5. Suspensas temporariamente de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração.
 - 8.2.6. Declaradas inidôneas pela Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta condição.
 - 8.2.7. Servidor público ou empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da Administração Pública Estadual Direta ou Indireta.
 - 8.2.8. Estrangeiras não autorizadas a comercializar no país.
 - 8.2.9. Cujo estatuto ou contrato social, não inclua no objetivo social da empresa, atividade compatível com o objeto do certame.

9. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 9.1. A proposta deverá explicitar nos campos “VALOR UNITÁRIO (R\$)” E “VALOR TOTAL (R\$)”, os preços referentes a cada item incluídos todos os custos diretos e indiretos, em conformidade com as especificações deste edital.
- 9.2. Os Proponentes deverão enviar suas propostas até a data e hora designadas para a abertura das sessão presencial em envelope lacrado para o endereço e setor constante no subitem 6.1 e 6.2, identificando o envelope A, B e C.
- 9.3. Os Proponentes poderão retirar ou substituir as propostas por eles apresentadas, até o término do prazo para recebimento;
- 9.4. Para efeito de julgamento das propostas, o valor a ser apresentado, pelos licitantes situados no Estado do Ceará, será o valor deduzido do percentual de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), correspondente à média das diferenças de alíquotas interestaduais do ICMS, nos termos do disposto no Decreto Estadual nº 27.624/2004.
- 9.5. A dedução acima referida não se aplica ao fornecimento de produtos isentos e não

tributados, e, na hipótese de a alíquota interna ser inferior ao percentual de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), devendo neste caso, ser aplicado o percentual correspondente à alíquota cobrada.

9.6. Nos termos do Decreto Estadual nº 27.624/2004, a arrematante situada no Estado do Ceará deverá apresentar a proposta com o valor acrescido do diferencial referido no subitem 9.6.1, mediante a utilização da seguinte fórmula:

$$\text{VFP} = \text{VPV} / 0,925$$

Onde:

VFP = Valor Final da Proposta, acrescido da alíquota de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento);

VPV = Valor da Proposta Vencedora após o encerramento da disputa eletrônica anunciado pelo sistema;

0,925 = Fator de Reversão correspondente a 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), que foram deduzidos antes da disputa".

10. DA ABERTURA E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. O preço deverá ser expresso em reais, com até 2 (duas) casas decimais em seus valores globais.

10.2. O Proponente será considerado HABILITADO para disputa do certame apresentando a documentação exigida no Envelope "A" - documentação de regularidade fiscal e Qualificação Técnica (documentos listados no subitem 10.3). O Envelope "B" deverá conter a proposta comercial. O Envelope C deverá conter os catálogos e/ou descritivos técnicos dos componentes do objeto (válvulas, retenção e juntas de desmontagem).

10.3. No envelope "A" deverá conter os seguintes documentos dentro do prazo de validade:

10.3.1. Cópia do contrato social consolidado com o último aditivo autenticado

10.3.2. Fazenda Federal (CNPJ)

10.3.3. Fazenda Estadual (CGF) ou documento comprobatório de isenção, emitido por órgão competente ou Fazenda Municipal.

10.3.4. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede da empresa participante:

a) A comprovação de quitação para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão Conjunta Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos

Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

- b) A comprovação de quitação para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através da Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual, ou na inexistência desta, de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Impostos de competência Estadual e de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa da Dívida Ativa do Estado, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.
- c) A comprovação para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através da Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal, ou na inexistência desta, de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Impostos de competência Municipal e de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa da Dívida Ativa do Município, emitida pela Procuradoria Geral do Município.
 - i. As empresas participantes desta dispensa de licitação obedecerão ao que determina a legislação específica do Município domicílio da empresa participante.
 - ii. Para os municípios que emitem prova de regularidade para com a Fazenda Municipal em separado, as proponentes deverão apresentar as duas certidões, isto é, Certidão sobre Tributos Imobiliários e Certidão de Tributos Mobiliários.
 - iii. Caso a proponente não possua imóvel cadastrado em seu nome, deverá apresentar declaração ou documento emitido pela Prefeitura, indicando esta situação.
- d) Prova de situação regular perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, através da Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).
- e) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF emitido pela Caixa Econômica Federal.
- f) A comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho deverá ser feita através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.5. Todas as certidões fiscais deverão estar dentro do prazo de validade. Qualquer certidão apresentada vencida ou sem anotação da validade não será aceita e o Proponente será considerado inabilitado por falta da documentação fiscal.

10.6. Atestados da qualificação técnica conforme item 12, deste Edital.

10.7 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

- i. Certidão negativa expedida pelo Cartório Distribuidor de Falência ou de Recuperação Judicial do local da sede da proponente, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, quando não houver prazo de validade expresso no documento.

10.8 QUALIFICAÇÃO TRABALHISTA

- i. Declaração da proponente, comprovando o fiel cumprimento das recomendações trazidas pelo art. 7º da Constituição Federal, inciso XXXIII, isto é, que não utiliza trabalho de menores de 18 (dezoito) anos na execução de serviços perigosos ou insalubres, nem de menores de 16 (dezesesseis).

10.9. Atestados da qualificação técnica (item 12, deste Edital).

10.10. O não cumprimento da entrega da documentação na sessão acarretará desclassificação/inabilitação, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

10.11. Todas as certidões fiscais deverão estar dentro do prazo de validade. Qualquer certidão apresentada vencida ou sem anotação da validade não serão aceitas e o Proponente será considerado inabilitado por falta da documentação fiscal, exceto se em consulta junto ao órgão emissor da certidão, durante a sessão, for constatada a regularidade

11. DA ETAPA DE LANCES

11.1 A sessão terá início com o credenciamento das proponentes;

11.2 Os Documentos de Habilitação e as Propostas Comerciais deverão ser apresentados por preposto da EMPRESA com poderes de representação legal, através de **procuração pública ou particular com firma reconhecida**. A não apresentação de procuração não implicará inabilitação, no entanto, o representante não poderá pronunciar-se em nome da EMPRESA, salvo se estiver sendo representada por um de seus dirigentes, que comprove tal condição através de documento legal.

11.3 Qualquer pessoa poderá entregar os Documentos de Habilitação e as Propostas Comerciais de mais de uma EMPRESA, porém, nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma EMPRESA PARTICIPANTE, sob pena de exclusão sumária das EMPRESAS representadas.

- 11.4 Após abertura das propostas dar-se-á início à etapa competitiva, quando, então, os Proponentes poderão ofertar seus lances que cubram o menor preço ofertado.
- 11.5. Para efeito de lances, será considerado o **valor do lote**.
- 11.6. Os Proponentes poderão ofertar lances sucessivos, iniciando-se pelo proponente que apresentou maior proposta.
- 11.7. Em caso de duas ou mais propostas de igual valor, será feito sorteio, para definir a sequência dos lances.
- 11.8. Os lances não poderão ser inferiores a R\$ 100,00 (cem reais) do preço por lote em relação ao último lance do próprio Proponente.
- 11.9. A sessão será encerrada quando não houver nenhuma contra proposta ofertando menor preço ao último registrado.
- 11.10. Após a etapa de lances, será conferida a documentação de habilitação do Proponente vencedor.
- 11.11. Após o encerramento da sessão será emitida Ata do certame onde todos os participantes presentes deverão assinar.
- 11.12. Após encerramento, a proponente declarada vencedora terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para entregar a proposta definitiva assinada.
- 11.13. O resultado da dispensa será divulgado em até 3 (três) dias úteis após o término do prazo para juntada da proposta vencedora, por email ou por ofício aos interessados, e na página da Cagece na internet.
- 11.14. Havendo necessidade de convocar a segunda colocada, por desclassificação da primeira, serão concedidos 2 (dois) dias úteis, para apresentar a nova proposta comercial, que não poderá conter valores unitários superiores aos valores de referência da Cagece, procedimento que se repetirá sucessivamente, caso haja nova desclassificação.
- 11.15. A validade da proposta definitiva deverá ter o prazo do contrato de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da sua apresentação.
- 11.16. Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO POR LOTE.
- 11.17. Após declarado o menor preço por lote, e não havendo mais lances, será solicitado o ENVELOPE “C” pelo proponente vencedor em envelope lacrado que deve estar identificado com o seguinte texto: "ENVELOPE “C” – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS". Este envelope será aberto posteriormente para análise e parecer dos técnicos da GEMAE dentro de máximo 3 (três) dias úteis.

12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. Prova de inscrição ou registro da licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da localidade da sede da licitante;

12.2. Da Comprovação da capacidade técnico-operacional:

12.2.1. A comprovação da capacidade técnico-operacional da proponente, a ser feita por intermédio de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em que figurem o nome da proponente na condição de “contratada”, que comprove o fornecimento de equipamentos de características técnicas similares às do objeto deste certame.

12.2.1.1. Serão considerados fornecimentos de características técnicas similares ao objeto:

- a) Fornecimento de válvula borboleta bi-excêntrica com atuador elétrico com diâmetro nominal de 700 mm ou superior para água tratada (referente ao Grupo 1);
- b) Fornecimento de válvula de retenção de dupla portinhola em ferro fundido nodular com diâmetro nominal de 700 mm ou superior para água tratada (referente ao Grupo 2);
- c) Fornecimento de junta de desmontagem com diâmetro nominal de 700 mm ou superior para água tratada (referente aos Grupos 3 e 4).

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Qualquer proponente poderá manifestar, de forma motivada, a intenção de interpor recurso, no momento de encerramento da sessão fazendo constar em ata, depois de declarado o vencedor, quando lhe será concedido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentação das razões do recurso. Os demais proponentes ficam desde logo convidados a apresentar contra-razões dentro de igual prazo, que começará a contar a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

13.2. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente no início da sessão ou não identificado para responder pelo proponente.

13.3. A falta de manifestação, conforme o subitem 13.1 deste edital, importará na decadência do direito de recurso.

13.4. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DA RATIFICAÇÃO E DA ASSINATURA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE VÁLVULAS E ACESSÓRIOS DE TUBULAÇÃO PARA A ETA GAVIÃO

14.1. A ratificação dar-se-á pela autoridade competente.

14.2. Após a ratificação do resultado da Dispensa Emergencial, os preços ofertados pelos

vencedores dos Lotes, serão registrados no Contrato de Fornecimento de Válvulas e Acessórios de tubulação para a ETA Gavião elaborado conforme o Anexo III, deste edital.

- 14.3. Os proponentes classificados em primeiro lugar terão o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da convocação, para comparecerem perante ao gestor a fim de assinarem o Contrato de Fornecimento de Válvulas e Acessórios de tubulação para a ETA Gavião. O prazo de comparecimento poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito.
- 14.4. Quando o vencedor não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou recusar-se a assinar o Contrato de Fornecimento de Materiais poderá ser convidado outro Proponente pelo responsável condutor da sessão desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o Contrato de Fornecimento de Válvulas e Acessórios de tubulação para a ETA Gavião.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. O Proponente, que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 32, do Decreto Estadual nº 28.089/2006, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, estará sujeito às seguintes penalidades:
- 15.1.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.
- 15.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.
- 15.2. O proponente recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.
- 15.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

16. DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE VÁLVULAS E ACESSÓRIOS DE TUBULAÇÃO PARA A ETA GAVIÃO

- 16.1. A CAGECE será o órgão gestor do Contrato de Fornecimento de Válvulas e Acessórios de tubulação para a ETA Gavião de que trata este edital.

- 16.2. O Contrato de Fornecimento de Válvulas e Acessórios de tubulação para a ETA Gavião, elaborada conforme o Anexo III, será assinado pelo titular da CAGECE, órgão gestor do Contrato de Fornecimento de Válvulas e Acessórios de tubulação para a ETA Gavião ou, por delegação, por seu substituto legal, e pelos representantes de cada um dos fornecedores legalmente credenciados e identificados.
- 16.3. Os preços dos itens a serem fornecidos pelo Contrato de Fornecimento de Válvulas e Acessórios de tubulação para a ETA Gavião serão aqueles ofertados nas propostas de preços dos Proponentes vencedores.
- 16.4. Os proponentes vencedores ficarão obrigados a fornecer o objeto contratual, nos prazos a serem definidos no instrumento contratual e nos locais especificados no anexo I do Termo de Referência deste edital.
- 16.5. A CAGECE providenciará a publicação do extrato do Contrato de Fornecimento de Válvulas e Acessórios de tubulação para a ETA Gavião no Diário Oficial do Estado e na página oficial do Governo do Estado.
- 16.6. As demais condições contratuais se encontram estabelecidas no Anexo III – Minuta do Contrato de Fornecimento de Válvulas e Acessórios de tubulação para a ETA Gavião.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. Esta Dispensa não importa necessariamente em contratação, podendo a autoridade competente revogá-la por razões de interesse público, anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada, sem quaisquer reclamações ou direitos à indenização ou reembolso.
- 17.2. É facultada a Administração ou à autoridade superior, em qualquer fase da Dispensa, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de Dispensa Emergencial, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originariamente na proposta e na documentação de habilitação.
- 17.3. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo responsável pela sessão ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO.
- 17.4. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida ao Proponente, ainda que se trate de originais.
- 17.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital se iniciam e se vencem somente em dia de expediente na Cagece.

- 17.6. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados .
- 17.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 17.8. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia autenticada. Caso a documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.
- 17.9. O responsável pela sessão poderá sanar erros formais que não acarretem prejuízos para o objeto da Dispensa, a Administração e os proponentes, dentre estes, os decorrentes de operações aritméticas.
- 17.10. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração responsável pela dispensa, nos termos da legislação pertinente.
- 17.11. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa.
- 17.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

18. DOS ANEXOS

- 18.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO II - CARTA PROPOSTA.

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

Fortaleza – CE, 17 de Novembro de 2016.

CIENTE:

JOSÉ DELANO GONDIM JÚNIOR
GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO ESTRATÉGICA – CAGECE

FRANCISCO JOSINETO SOUZA ARAÚJO
DIRETOR DE OPERAÇÕES – CAGECE

ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA

1. UNIDADE REQUISITANTE: GEMAE - Gerência de Manutenção Estratégica

2. OBJETO: Aquisição de **VÁLVULAS E ACESSÓRIOS DE TUBULAÇÃO PARA A ETA GAVIÃO**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

2.1. Este objeto será realizado através de **DISPENSA DE LICITAÇÃO** do tipo **MENOR PREÇO**, com a forma de fornecimento **INTEGRAL**.

3. DA JUSTIFICATIVA:

3.1. O objeto destina-se à Gerência de Manutenção Estratégica – GEMAE com aplicação nos processos de tratamento e distribuição da ETA Gavião, justificando-se através da urgência da substituição dos componentes dos filtros e da interligação dos bombeamentos da estação.

Atualmente, a ETA apresenta perdas por vazamentos e performance do parque de equipamentos abaixo do esperado e isso compromete a eficiência do sistema. O objeto deste certame ajudará a mitigar estas perdas, algo especialmente salutar nas atuais circunstâncias de crise hídrica no estado do Ceará.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO OBJETO

4.1. O objeto do certame é especificado e quantificado de forma resumida na planilha a seguir:

GRUPO 1

VÁLVULAS BORBOLETA COM VEDAÇÃO RESILIENTE VULCANIZADA NO CORPO – AMPLA PARTICIPAÇÃO			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANTIDADE
01	VALVULA BORBOLETA FF C/REDUTOR E ACIONADOR ELÉTRICO DN 900 MM. DISCO EM AÇO INOX.	PC	01
02	VALVULA BORBOLETA FF C/REDUTOR E ACIONADOR ELÉTRICO DN 1000 MM. DISCO EM FERRO FUNDIDO NODULAR REVESTIDO.	PC	01

GRUPO 2

VÁLVULAS DE RETENÇÃO DE PORTINHOLA DUPLA			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANTIDADE
01	VALVULA RETENCAO PORTINHOLA DUPLA TIPO WAFER DN 900 mm (36")	PC	01

GRUPO 3

JUNTAS DE DESMONTAGEM TRAVADA AXIALMENTE			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANTIDADE
01	JUNTA DESMONTAGEM TRAVADA AXIALMENTE COM DIAMETRO DE 36" - JUNTA DE DESMONTAGEM TRAVADA AXIALMENTE COM DIÂMETRO DE 36" (AWWA M11, CLASSE 300 Psi), COM FLANGES SEGUNDO A NORMA NBR 7675 PN 25	PC	01

GRUPO 4

JUNTA DE EXPANSÃO E DESMONTAGEM TIPO DRESSER			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANTIDADE
01	JUNTA DE EXPANSÃO E DESMONTAGEM TIPO DRESSER, DIAMETRO DE 40" PN 16 COM HARNESS	PC	01

4.2 ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS

4.2.1. Grupo 01 – Item 01

4.2.1.1. VALVULA BORBOLETA FF C/REDUTOR E ACIONADOR ELÉTRICO DN 900 MM.

- Válvula borboleta flangeada DN 900mm com vedação resiliente vulcanizada no corpo FF com redutor e acionador elétrico. Gabarito de furação conforme Norma NBR 7675.
- Aplicação: Saneamento Básico. Redes de água bruta ou tratada com temperatura máxima de 40° C.
- Classe de pressão: PN 25
- Disco em aço inoxidável ASTM A 743 CF8M, face a face segundo ISO 588-1 S.13 (330mm).
- Sistema eixo/disco bi-excêntrica construída conforme norma ABNT NBR – 15768:2009;
- Tempo de abertura: 4 minutos.
- Válvula-borboleta de ferro fundido nodular para saneamento, superfície interna do corpo totalmente revestida em borracha vulcanizada, fabricada conforme características abaixo
- Todas as normas aqui citadas devem ser adotadas em suas últimas revisões publicadas

- i) Flange de montagem do atuador/redutor conforme Norma Iso 5211 (Eixo quadrado permitindo 4 posições de montagem do atuador/redutor). Montagem direta do redutor/atuator no eixo da válvula, não sendo aceito nenhum tipo de elemento intermediário, com ajuste não inferior a “h9” (ISO 286-1 ou ABNT NBR 6158);
- j) Torque de acionamento: para dimensionamento do torque de acionamento deverá ser considerado 1,1 vezes a pressão nominal de trabalho da válvula.
- l) O redutor deverá ser projetado e construído para um valor de torque de, no mínimo, 1,5 vezes o torque calculado.
- k) Deverá ser claramente indicado na proposta e na documentação técnica os valores de torque exigido pela válvula e fornecido pelo redutor.
- m) DISCO: Formado por uma peça única em material especificado no item “d” acima, ou superior em resistência mecânica e de corrosão, dimensionado para não sofrer deformações quando submetido às pressões nominais da válvula. A superfície de vedação será formada pela usinagem externa do disco em forma de tronco de cone com rugosidade superficial de, no máximo, $R_a = 0,1 \mu m$.
- n) TOPE DO DISCO: Formado em peça única, sem dispositivos de ajuste ou regulagem (como tirantes, porcas, parafusos, etc).
- o) CORPO: Formado por uma única peça fundida em Ferro Fundido Nodular ASTM A536-65.45.12 ou ABNT NB5 6916 classe 42012, revestido internamente com borracha vulcanizada.
- p) REVESTIMENTO INTERNO DO CORPO E SEDE DE VEDAÇÃO: Em borracha, vulcanizado na superfície interna do corpo, garantindo que o revestimento e corpo formem uma única peça.
- q) Tipo do revestimento: Borracha Nitrílica ISO 1629 material no. 03-0-1013 ou ASTM D416-72a com dureza Sh A 85 \pm 5.
- O revestimento interno em borracha deverá atender à espessura mínima de 5 mm para válvulas com DN menor que 900 mm, e, espessura mínima de 10 mm para válvulas com DN maior ou igual a 900 mm.
- r) EIXO: Em duas peças, construído em ASTM 304, ASTM 410 ou superior em resistência mecânica e de corrosão. O dimensionamento correto do eixo será verificado no teste de deformação que será feito durante a inspeção da válvula (Vide testes citados).

4.2.1.1.1. Vedações dos Eixos:

- a) Superior: gaxetas ajustáveis em PTFE
- b) Inferior: câmara de anéis O-Ring em borracha nitrílica

4.2.1.1.2. Fixação dos eixos no disco:

- a) A fixação (acoplamento) dos eixos ao disco será feita através de pinos cônicos, com conicidade de 1:50 (autotravante). Caso os pinos sejam posicionados atravessando o disco deverá ter dispositivo de vedação para eliminar possíveis vazamentos através dos mesmos.
- b) Deverá ser previsto a montagem de porcas ou parafusos e arruelas de pressão nas extremidades dos pinos, devendo ser construídos em aço inox com limite mínimo ao escoamento de 860 MPa (ASTM A564 Condição H1075 (17-4PH)) e ser dimensionados para transmitir o torque do eixo ao disco com coeficiente de segurança mínimo de 1,5;

4.2.1.1.3. Mancais:

- b) Deverão ser construídos em bronze, no mínimo, com as características do SAE 660 com polímero Autolubrificante;

c) MANCAIS RADIAIS: Deverão ser dimensionados para garantir total absorção das cargas laterais quando a válvula for submetida a 1,5 vez a sua pressão nominal;

d) MANCAL AXIAL: Formado pelo conjunto de buchas do mancal inferior, deverá ser dimensionado para suportar toda carga axial, evitando qualquer resíduo de carga do disco na sede. Esta configuração deverá garantir que a válvula possa operar em qualquer posição do eixo (horizontal, vertical ou inclinada);

e) AJUSTE AXIAL DO EIXO: O conjunto “mancal axial” deverá ser construído de forma a possibilitar, através dele, o ajuste da posição do disco no corpo através da regulação externa feita por parafusos e porcas.

4.2.1.1.3. Acionamento::

a) Acionamento através de mecanismo de redução e atuador elétrico com controle tipo Standard, composto de conjunto mecânico, motor e sensores. O redutor manual deverá possuir volante ergonômico para a abertura e fechamento apropriado da válvula e deverá operar através de PORCA VIAJANTE 90°.

b) Acoplamento flange de topo conforme a norma ISO 5211;

c) Carcaça em alumínio composto por dois estágios/redutores de transmissão para a operação elétrica: redutor planetário e redutor do tipo coroa e sem fim, incluindo volante com manopla para o acionamento manual, durante a operação elétrica o volante permanece imobilizado;

d) Regime de operação: ON/OFF (bloqueio);

e) Permitir somente comando remoto, realizado através de CLP ou painel de comando;

f) Vibração máxima: 0,5g de 10 a 200 Hz;

g) Grau de proteção: À Prova de Tempo, IP68, contra poeira e imersão temporária (144h–5,5m), estático;

h) Lubrificação permanente em banho de graxa, possibilitando operação em qualquer ângulo;

i) Pintura epóxi de alta espessura na cor cinza munsell N6,5;

j) Temperatura de operação de 0 a +70° C;

k) Flange de acoplamento conforme norma ISO 5211, para interface do atuador com redutor da válvula;

L) Motor totalmente fechado, não ventilado, tipo gaiola de esquilo, com mancais em rolamentos e carcaça em ferro fundido nodular, classe de isolamento F, com termostato de proteção nos enrolamentos, trifásico 380 Vca / 60 Hz, Regime de operação S4, tipo intermitente (30%), Fator de Serviço mínimo de 1,1; Grau de Proteção Exigido: IP 68.

m) Chave de Posição: Formada por quatro discos/comes ou “camblocks” de grande diâmetro, superpostos, instalados internamente da caixa do indicador de posição, movimentada pelo sistema de transmissão do atuador elétrico, com ajustes independentes das microchaves (SPDT) correspondentes às posições: totalmente aberta e totalmente fechada;

n) Chave de Torque: Dispositivo mecânico sensível a esforços excessivos da manga do atuador/obturador da válvula, previamente calibrado na fábrica, para acionamento de (02) microchaves (SPDT) correspondentes aos sentidos de abertura e fechamento, que quando acionadas desligam imediatamente o motor;

o) Transmissor de Posição (TAM): Circuito transmissor de posição com saída de 4 a 20 mA, medição de

posição por potenciômetro sem batentes e elemento de redução;

p) Indicador Mecânico de Posição: Composto por ponteiro e escala com marcações: totalmente aberta e totalmente fechada;

q) Proteções: autotravamento, sensor térmico do motor, proteção contra inversão ou falta de fase, comando de operação manual sempre ativo;

4.2.1.1.4. Acionamento:

a) Placa de identificação com letras em baixo relevo em alumínio, fixada ao corpo da válvula através de rebites.

4.2.1.1.5. Pintura

a) Esquema para ambientes severos, como acabamento em equipamentos em altas condições de umidade.

b) PREPARAÇÃO DA SUPERFÍCIE: Jateamento ao metal quase branco (NBR 7348). Aplicar sobre superfícies limpas, secas, livres de contaminação, observando o intervalo entre demãos de cada tinta.

c) PINTURA EXTERNA: Todos os componentes da válvula, com exceção daqueles fabricados em inox devem sofrer tratamento de limpeza mecânica tipo jateamento e serem revestidos interna e externamente com primer epóxi de alta espessura (bicomponente curada com poliamida sem pigmentos anticorrosivos tóxicos para trabalho com água tratada), acabamento AZUL RAL 5005. Espessura de camada mínima: 200 micra na película seca.

4.2.2. Grupo 01 – Item 02

4.2.2.1. VALVULA BORBOLETA FF C/REDUTOR E ACIONADOR ELÉTRICO DN 1.000 MM.

a) Válvula borboleta flangeada DN 1.000mm com vedação resiliente vulcanizada no corpo FF com redutor e acionador elétrico. Gabarito de furação conforme Norma NBR 7675.

b) Aplicação: Saneamento Básico. Redes de água bruta ou tratada com temperatura máxima de 40° C.

c) Classe de pressão: PN 25

d) Disco em ferro fundido nodular ASTM A536-65.12, REVESTIDO EM Rilsan. Face a face segundo ISO 588-1 S.13 (410mm).

e) Sistema eixo/disco bi-excêntrica construída conforme norma ABNT NBR – 15768:2009;

f) Tempo de abertura: 4 minutos.

g) Válvula-borboleta de ferro fundido nodular para saneamento, superfície interna do corpo totalmente revestida em borracha vulcanizada, fabricada conforme características abaixo

h) Todas as normas aqui citadas devem ser adotadas em suas últimas revisões publicadas

i) Flange de montagem do atuador/redutor conforme Norma Iso 5211 (Eixo quadrado permitindo 4 posições de montagem do atuador/redutor). Montagem direta do redutor/atuador no eixo da válvula, não sendo aceito nenhum tipo de elemento intermediário, com ajuste não inferior a “h9” (ISO 286-1 ou ABNT NBR 6158);

j) Torque de acionamento: para dimensionamento do torque de acionamento deverá ser considerado 1,1 vezes a pressão nominal de trabalho da válvula.

l) O redutor deverá ser projetado e construído para um valor de torque de, no mínimo, 1,5 vezes o torque calculado.

k) Deverá ser claramente indicado na proposta e na documentação técnica os valores de torque exigido pela

válvula e fornecido pelo redutor.

m) DISCO: Formado por uma peça única em material especificado no item “d” acima, ou superior em resistência mecânica e de corrosão, dimensionado para não sofrer deformações quando submetido às pressões nominais da válvula. A superfície de vedação será formada pela usinagem externa do disco em forma de tronco de cone com rugosidade superficial de, no máximo, $R_a = 0,1 \mu m$.

n) TOPE DO DISCO: Formado em peça única, sem dispositivos de ajuste ou regulagem (como tirantes, porcas, parafusos, etc).

o) CORPO: Formado por uma única peça fundida em Ferro Fundido Nodular ASTM A536-65.45.12 ou ABNT NB5 6916 classe 42012, revestido internamente com borracha vulcanizada.

p) REVESTIMENTO INTERNO DO CORPO E SEDE DE VEDAÇÃO: Em borracha, vulcanizado na superfície interna do corpo, garantindo que o revestimento e corpo formem uma única peça.

q) Tipo do revestimento: Borracha Nitrílica ISO 1629 material no. 03-0-1013 ou ASTM D416-72a com dureza Sh A 85 \pm 5.

- O revestimento interno em borracha deverá atender à espessura mínima de 5 mm para válvulas com DN menor que 900 mm, e, espessura mínima de 10 mm para válvulas com DN maior ou igual a 900 mm.

r) EIXO: Em duas peças, construído em ASTM 304, ASTM 410 ou superior em resistência mecânica e de corrosão. O dimensionamento correto do eixo será verificado no teste de deformação que será feito durante a inspeção da válvula (Vide testes citados).

4.2.2.2. Vedações dos Eixos:

a) Superior: gaxetas ajustáveis em PTFE

b) Inferior: câmara de anéis O-Ring em borracha nitrílica

4.2.2.3. Fixação dos eixos no disco:

a) A fixação (acoplamento) dos eixos ao disco será feita através de pinos cônicos, com conicidade de 1:50 (autotravante). Caso os pinos sejam posicionados atravessando o disco deverá ter dispositivo de vedação para eliminar possíveis vazamentos através dos mesmos.

b) Deverá ser previsto a montagem de porcas ou parafusos e arruelas de pressão nas extremidades dos pinos, devendo ser construídos em aço inox com limite mínimo ao escoamento de 860 MPa (ASTM A564 Condição H1075 (17-4PH)) e ser dimensionados para transmitir o torque do eixo ao disco com coeficiente de segurança mínimo de 1,5;

4.2.2.4. Mancais:

b) Deverão ser construídos em bronze, no mínimo, com as características do SAE 660 com polímero Autolubrificante;

c) MANCAIS RADIAIS: Deverão ser dimensionados para garantir total absorção das cargas laterais quando a válvula for submetida a 1,5 vez a sua pressão nominal;

d) MANCAL AXIAL: Formado pelo conjunto de buchas do mancal inferior, deverá ser dimensionado para suportar toda carga axial, evitando qualquer resíduo de carga do disco na sede. Esta configuração deverá garantir que a válvula possa operar em qualquer posição do eixo (horizontal, vertical ou inclinada);

e) AJUSTE AXIAL DO EIXO: O conjunto “mancal axial” deverá ser construído de forma a possibilitar, através

dele, o ajuste da posição do disco no corpo através da regulagem externa feita por parafusos e porcas.

4.2.2.5. Acionamento::

a) Acionamento através de mecanismo de redução e atuador elétrico com controle tipo Standard, composto de conjunto mecânico, motor e sensores. O redutor manual deverá possuir volante ergonômico para a abertura e fechamento apropriado da válvula e deverá operar através de PORCA VIAJANTE 90°.

b) Acoplamento flange de topo conforme a norma ISO 5211;

c) Carcaça em alumínio composto por dois estágios/redutores de transmissão para a operação elétrica: redutor planetário e redutor do tipo coroa e sem fim, incluindo volante com manopla para o acionamento manual, durante a operação elétrica o volante permanece imobilizado;

d) Regime de operação: ON/OFF (bloqueio);

e) Permitir somente comando remoto, realizado através de CLP ou painel de comando;

f) Vibração máxima: 0,5g de 10 a 200 Hz;

g) Grau de proteção: À Prova de Tempo, IP68, contra poeira e imersão temporária (144h–5,5m), estático;

h) Lubrificação permanente em banho de graxa, possibilitando operação em qualquer ângulo;

i) Pintura epóxi de alta espessura na cor cinza munsell N6,5;

j) Temperatura de operação de 0 a +70° C;

k) Flange de acoplamento conforme norma ISO 5211, para interface do atuador com redutor da válvula;

L) Motor totalmente fechado, não ventilado, tipo gaiola de esquilo, com mancais em rolamentos e carcaça em ferro fundido nodular, classe de isolamento F, com termostato de proteção nos enrolamentos, trifásico 380 Vca / 60 Hz, Regime de operação S4, tipo intermitente (30%), Fator de Serviço mínimo de 1,1; Grau de Proteção Exigido: IP 68.

m) Chave de Posição: Formada por quatro discos/cames ou “camblocks” de grande diâmetro, superpostos, instalados internamente da caixa do indicador de posição, movimentada pelo sistema de transmissão do atuador elétrico, com ajustes independentes das microchaves (SPDT) correspondentes às posições: totalmente aberta e totalmente fechada;

n) Chave de Torque: Dispositivo mecânico sensível a esforços excessivos da manga do atuador/obturador da válvula, previamente calibrado na fábrica, para acionamento de (02) microchaves (SPDT) correspondentes aos sentidos de abertura e fechamento, que quando acionadas desligam imediatamente o motor;

o) Transmissor de Posição (TAM): Circuito transmissor de posição com saída de 4 a 20 mA, medição de posição por potenciômetro sem batentes e elemento de redução;

p) Indicador Mecânico de Posição: Composto por ponteiro e escala com marcações: totalmente aberta e totalmente fechada;

q) Proteções: autotravamento, sensor térmico do motor, proteção contra inversão ou falta de fase, comando de operação manual sempre ativo;

4.2.2.6. Acionamento:

a) Placa de identificação com letras em baixo relevo em alumínio, fixada ao corpo da válvula através de rebites.

4.2.2.7. Pintura

a) Esquema para ambientes severos, como acabamento em equipamentos em altas condições de umidade.

b) PREPARAÇÃO DA SUPERFÍCIE: Jateamento ao metal quase branco (NBR 7348). Aplicar sobre superfícies limpas, secas, livres de contaminação, observando o intervalo entre demãos de cada tinta.

c) PINTURA EXTERNA: Todos os componentes da válvula, com exceção daqueles fabricados em inox devem sofrer tratamento de limpeza mecânica tipo jateamento e serem revestidos interna e externamente com primer epóxi de alta espessura (bicomponente curada com poliamida sem pigmentos anticorrosivos tóxicos para trabalho com água tratada), acabamento AZUL RAL 5005. Espessura de camada mínima: 200 micra na película seca.

Nota 1: Garantia das válvulas do grupo 01: 24 meses contados a partir do recebimento.

Nota 2: Para a junta de vedação automática de 360° em borracha sintética (Buna-N), inteiriça sem furos e emendas o fabricante deve oferecer garantia mínima de 5 anos para as características de aplicação descritas no Edital, garantindo a reposição da junta danificada ou por motivo de não estanqueidade, sendo que os custos de desmontagem e substituição (incluindo a nova junta) da junta de vedação ficará a cargo do cliente.

4.2.3. Grupo 02 – Item 01

a) Válvula Retenção de portinhola dupla, tipo de inserção/wafer para ser instalada entre flanges confeccionados conforme norma NBR 7675, PN 16 e DN 36" (900 mm) e distância face a face 370 mm.

b) Norma construtiva API 594.

c) Corpo em ferro fundido nodular ASTM A 536Gr. 65-45-12.

d) Portinholas em ferro fundido dúctil/nodular conforme NBR6919 e classe 42012, eixo e pino limitador em aço inoxidável AISI 304, mola em aço inoxidável AISI 302

e) Vedação em Buna N.

f) Revestimento interno e externo em epóxi a pó depositado eletrostaticamente, com espessura mínima de 150 micra.

g) Aplicação: água tratada e água bruta de sistema de abastecimento de água.

h) Garantia de 12 (doze) meses

4.2.4. Grupo 03 – Item 01

a) Junta desmontagem travada axialmente com diametro de 36" (awwa m11, classe 300 psi)

b) Furação das flanges segundo a norma NBR 7675

c) Classe de pressão: PN 25

d) Corpo, pistão e contraflange confeccionado em ferro fundido dúctil (NBR 6916 classe 42012).

e) Pintura de fundo com primer epóxi de alta espessura, bi-componente, curado com poliamida e sem pigmentos anticorrosivos tóxicos.

f) Acabamento fosco, azul RAL 5005, espessura mínima de película seca de 150 micra.

g) Anel de vedação confeccionado em borracha sintética (Buna-N).

h) Parafusos e porcas confeccionados em aço SAE 1020 revestidos com galvanização eletrolítica.

i) Extremidades flangeadas.

- j) Aplicação em água tratada.
- k) Garantia mínima 12 (doze) meses.

4.2.5. Grupo 04 – Item 01

- a) Junta de expansão e desmontagem tipo dresser, diâmetro nominal de 40" (1000 mm) PN 16 com harness para amarração axial.**
- b) Corpo, flange e harness construídos em aço ASTM A-36.
- c) Tirantes e porcas confeccionados em aço SAE 1020 revestidos com galvanização eletrolítica a quente.
- d) Pintura de fundo com primer epóxi de alta espessura, bi-componente, curado com poliamida e sem pigmentos anticorrosivos tóxicos.
- e) Acabamento fosco, azul ral 5005, espessura mínima de película seca de 150 micra.
- f) Anéis de vedação confeccionados em borracha sintética (Buna-N).
- g) Aplicação em água tratada.
- h) Garantia mínima 12 (doze) meses.

4.3. INSPEÇÃO E TESTES:

4.3.1. INSPEÇÃO E TESTES DAS VÁLVULAS BORBOLETA (SOMENTE PARA O GRUPO 01 – ITEM 01 E ITEM 02):

- a) procedimentos mínimos conforme NRR 15768:2009.
- b) VERIFICAÇÃO VISUAL: verificação de falhas, trincas ou quebras no corpo, conferência de acabamento;
- c) VERIFICAÇÃO DIMENSIONAL: verificação das dimensões definidas na especificação;
- d) VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS: avaliação dos certificados de rastreabilidade de materiais usados na fabricação, a CAGECE a seu critério poderá solicitar ensaios e/ou laudos técnicos para comprovação destes certificados;
- e) Deverão ser fornecidos para os materiais do corpo, disco e eixo os laudos dos seguintes ensaios:
 - Análise química;
 - Metalografia;
 - Dureza;
 - Ensaio de tração.
- f) No caso de fundidos, o corpo de prova será fundido apenso à peça para possibilitar a realização dos ensaios acima.
- f) TESTE HIDROSTÁTICO (TESTEMUNHADO): o corpo da válvula deverá ser submetido a teste hidrostático sujeito a 1,5 PN conforme NBR 15768:2009.
- h) TESTE DE ESTANQUEIDADE (TESTEMUNHADO): a válvula deverá ser submetida a teste hidrostático de estanqueidade sujeito a 1,1 PN conforme NBR 15768:2009.
- i) Os testes deverão ser realizados sem a instalação de contra flange ou qualquer dispositivo do lado a jusante (lado seco), que auxilie a fixação da sede de vedação. Somente serão aprovadas as válvulas que

apresentarem estanqueidade total.

j) Os ensaios devem ser realizados com a presença de empresa credenciada pelo comprador ou representante do mesmo.

k) Local de realização dos ensaios: Fabricante

L) **TESTE DE PERFORMANCE (TESTEMUNHADO)**: Teste funcional com abertura e fechamento da válvula 3 vezes consecutivas com pressão de $1,1 \times PN$ da válvula, incluindo verificação do tempo de abertura e fechamento total e realização de testes elétricos de rotina do atuador (tensão aplicada, resistência de isolamento, continuidade dos circuitos elétricos, etc).

m) **PINTURA**: Verificar a aderência e espessura da camada de tinta na válvula conforme norma ABNT NBR 11003.

n) Durante o processo de fabricação, a CAGECE ou seu preposto poderá fazer diligenciamentos às instalações do fabricante para avaliar os processos de fabricação e comprovar a aplicação dos materiais especificados.

o) **TESTE DE DEFORMAÇÃO (TESTEMUNHADO)**: Com a válvula fechada será medido a cota “A” indicada na FIG.1. Com a válvula pressurizada com 1,10 vezes a pressão nominal da válvula será medido novamente a cota “A” indicado na FIG 1. A diferença entre a primeira medida e a segunda não poderá ser superior aos valores indicados na tabela abaixo. Esta medição deverá ser feita no lado oposto ao do batente do disco, ou seja, a 180° da localização do batente.

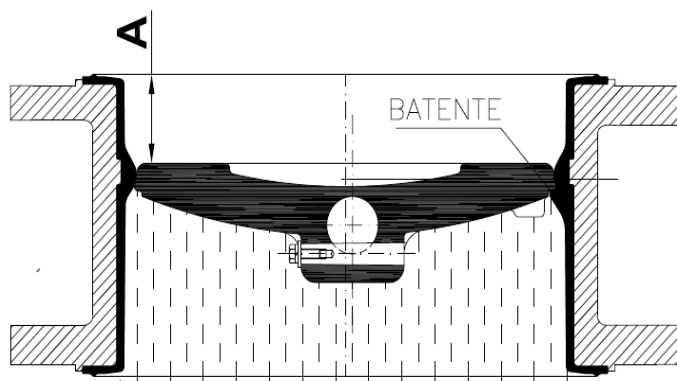


FIG 1

DN	VARIAÇÃO DA COTA “A” em mm			
	PN10	PN16	PN20	PN25
100	1,0	1,0	1,0	1,0
150				
200				
250	1,5	1,5	1,5	1,5
300				
350				
400				

450	1,7	1,7	1,7	1,7
500				
600				
700	2,0	2,0	2,0	2,0
800				
900	2,4	2,4	2,4	2,4
1000				
1100	2,6	2,6	2,6	2,6
1200				
1400	3,2	3,2	3,2	3,2
1500				
1600	3,5	3,5	2,5	3,5
1800				

4.3.2. INSPEÇÃO E TESTES DOS DEMAIS ACESSÓRIOS (SOMENTE PARA OS GRUPO 02, GRUPO 03 E GRUPO 04)

- a) VERIFICAÇÃO VISUAL: verificação de falhas, trincas ou quebras no corpo, conferência de acabamento;
- b) VERIFICAÇÃO DIMENSIONAL: verificação das dimensões definidas na especificação;
- c) VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS: avaliação dos certificados de rastreabilidade de materiais usados na fabricação, a CAGECE a seu critério poderá solicitar ensaios e/ou laudos técnicos para comprovação destes certificados;
- d) Deverão ser fornecidos para os materiais do corpo e flanges os laudos dos seguintes ensaios:
- Análise química;
 - Metalografia;
 - Dureza;
 - Ensaio de tração.
- e) No caso de fundidos, o corpo de prova será fundido apenso à peça para possibilitar a realização dos ensaios acima.
- f) TESTE HIDROSTÁTICO (TESTEMUNHADO): o corpo da válvula deverá ser submetido a teste hidrostático sujeito a 1,5 PN conforme NBR 15768:2009. Somente serão aprovadas as válvulas que apresentarem estanqueidade total.
- g) Os ensaios devem ser realizados com a presença de empresa credenciada pelo comprador ou representante do mesmo.
- h) Local de realização dos ensaios: Fabricante
- i) PINTURA: Verificar a aderência e espessura da camada de tinta na válvula conforme norma ABNT NBR 11003.

4.4. INFORMAÇÕES TÉCNICAS

4.1. INFORMAÇÕES TÉCNICAS E DOCUMENTOS A SEREM FORNECIDOS NO ENVELOPE “C” que deverá ser entregue pelo proponente arrematante após declarado vencedor. Este envelope deverá ser entregue lacrado à comissão.

- Folha de dados gerais dos equipamentos ofertados em português;
- Desenhos de Conjunto indicando todos os componentes, materiais e cortes com demonstração do sistema de vedação em português;
- Lista de materiais dos componentes de cada equipamento em português;
- Descrições técnicas da válvula e de suas características construtivas e operacionais que permita o confronto da proposta técnica com o solicitado nesta especificação em português;
- Cronograma de fabricação, indicando todas as fases do fornecimento, inclusive inspeções e testes testemunhados;
- Indicar assistência técnica autorizada no estado;
- Catálogo(s) em português

4.2.1.15.2. INFORMAÇÕES TÉCNICAS A SEREM FORNECIDAS PARA AS VÁLVULAS BORBOLETAS DURANTE A INSPEÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE ENTREGA

4.2.1.15.2.1. O fornecedor deverá apresentar durante a inspeção um relatório com os seguintes documentos:

- a) Certificado de análise química e física dos materiais (fundidos e peças fabricadas em aço inoxidável);
- b) Certificado dos ensaios hidrostáticos;
- c) Certificado da pintura;
- d) Cópia de nota fiscal de compra da tinta;
- e) Cópia do certificado de isenção de pigmentos tóxicos da tinta;
- f) Manual de instalação e manutenção em português.

4.2.1.15.3. DOCUMENTAÇÃO A SER FORNECIDA JUNTO COM OS EQUIPAMENTOS

4.2.1.15.3.1. Além da documentação citada no item anterior, deverão ser entregues DATA BOOK, manuais de operação e manutenção em português e termo de garantia de todos os equipamentos fornecidos.

5. REGULAMENTAÇÃO DOS FORNECIMENTOS E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 5.1. O material objeto desse termo deverá ser entregue no almoxarifado central da CAGECE, localizado à avenida Carneiro de Mendonça S/N – Pici – CEP: 60.510-430 – Fortaleza-Ceara, de segunda à sexta-feira, de 08:00 às 11:00h e de 13:00 às 16:00h;
- 5.2. O prazo de fornecimento do material será de até 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura da ordem de fornecimento;
- 5.3. No caso de impossibilidade de cumprimento do prazo do item acima, a Contratada deverá enviar justificativa por escrito ao gestor do contrato com no mínimo 15 (quinze) dias úteis de antecedência do fim do prazo;
- 5.4. Os materiais fornecidos serão submetidos à aprovação da GEMAE/CAGECE, através de

inspeção qualitativa e quantitativa no ato do recebimento;

5.5. Frete (CIF), posto Fortaleza.

5.6. O fornecimento abrange também os itens a seguir relacionados, sem, entretanto se limitar a eles, bem como daqueles citados nas especificações, ficando claro que a responsabilidade do Fornecedor se estende até a entrega dos equipamentos, devidamente descarregados e armazenados no local definido, recebidos e aceitos pela CAGECE:

5.6.1. Embalagem e proteção para embarque;

5.6.2. Descarga no local de entrega;

5.6.3. Armazenamento no local de entrega;

6. INSPEÇÃO DE QUALIDADE

6.1. A CAGECE se reserva o direito de submeter todos os produtos a serem fornecidos à inspeção de qualidade.

6.2. Reserva-se a CAGECE o direito de recusar, no todo ou em parte, qualquer produto considerado não conforme, defeituoso, imprestável, ou que, depois de inspecionado, não venha acompanhado do laudo de aprovação pelo serviço de inspeção de qualidade, ou ainda, que tenha sido danificado no transporte ou na descarga, obrigando-se a Contratada a substituí-lo, sem qualquer ônus adicional.

6.3. Ocorrendo rejeição, total ou parcial, dos materiais pelos critérios de aceitação ou rejeição previstos, a CAGECE sustará o pagamento da Nota Fiscal correspondente no todo ou em parte, bem como poderá exigir a substituição pelo fornecedor do material, no todo ou em parte.

6.4. A recusa de material pelo serviço de inspeção de qualidade não será motivo para prorrogação dos prazos de fornecimento dos materiais, parciais ou totais, fixados no contrato.

6.5. Os materiais colocados à disposição da Contratada por qualquer motivo (rejeição pela Inspeção de Qualidade, danificados ou quebrados durante o transporte, recebidos a mais do que contratado etc.) e que não forem apanhados dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data da comunicação da CAGECE, serão devolvidos com frete a ser pago pela Contratada ou, então, serão considerados inservíveis pela CAGECE, e assim, inutilizados sem qualquer reembolso à Contratada.

6.6. A Contratada reembolsará a CAGECE das despesas resultantes da não efetivação das inspeções de qualidade por não ter o fornecedor material/equipamento disponível nas datas

estabelecidas, ou quando da realização das inspeções em data diferente da acordada, quando do envio de funcionários da CAGECE para acompanhamento ou realização das inspeções.

6.7. As inspeções para certificação da qualidade e emissão dos laudos ocorrerão às expensas da empresa Contratada.

7. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Quanto à entrega

7.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, nos locais indicados no anexo A deste Termo e nos prazos definidos no instrumento contratual.

7.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

7.2. Quanto ao recebimento:

7.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.

7.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, exclusivamente no Banco Brasileiro de Descontos S/A – BRADESCO.

8.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

8.2. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas.

8.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

8.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes

comprovantes:

8.4.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

8.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a contratada estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

9.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

- a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.
- c) Multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas estabelecidas neste instrumento, elevada para 0,3% (três décimos por cento), em caso de reincidência.
- d) Multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela contratante, inclusive o cancelamento do registro de preço.

9.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciada no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.
- 10.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação..
- 10.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.
- 10.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.
- 10.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.
- 10.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 10.7. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo de 05(cinco) dias úteis, contado da sua notificação.
- 10.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.
- 10.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Fornecimento.

- 11.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
- 11.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.
- 11.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- 11.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.
- 11.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento
- 11.7. Assegurar-se de que os preços Contratados estão compatíveis com àqueles praticados no mercado pelas demais empresas do mesmo ramo, de forma a garantir que os preços Contratados continuem a ser os mais vantajosos para a Administração;
- 11.8. Assegurar os recursos financeiros necessários para contratação do objeto;

12. DA FISCALIZAÇÃO

- 12.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por um gestor especialmente designado para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

13. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 13.1. O prazo de vigência deste contrato é de 180 (cento e oitenta) dias contado a partir da sua assinatura, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

14. DO LOCAL E HORÁRIOS PARA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS

- 14.1. O objeto desta contratação deverá ser entregue nos seguintes dias, endereço e horários:

Local	Endereço	Horários/dias
Setor: GEMAE Centro de Distribuição da CAGECE.	Av. Carneiro de Mendonça s/n -Bairro Pici-Fortaleza-Ceará- Telefone-(85) 3101-5639/3101.5635	08 às 11h e 13 às 16h de segunda a sexta-feira

Fortaleza, 17 de novembro de 2016.

GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO ESTRATÉGICA – GEMAE
DIRETORIA DE OPERAÇÕES – DDO

ANEXO II - MODELO DA CARTA PROPOSTA

À

Central de Distribuição da CAGECE - GEMAE

Ref.: Dispensa Emergencial de fornecimento de válvulas e acessórios para a ETA Gavião

A proposta comercial encontra-se em conformidade com as informações previstas no Edital e seus anexos.

1. Identificação do Proponente:

Razão Social:

CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:

Endereço completo:

Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):

Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

A presente proposta é válida por 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua emissão. O objeto contratual terá garantia de _____(_____) _____.

3. Formação do Preço

ITEM Nº _____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	DESCRIÇÃO CONFORME ITEM4 DO ANEXO I				
VALOR GLOBAL R\$					
Valor por extenso (_____)					

Local e data

Assinatura do Representante Legal

Nome e cargo

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____ - 2016 - CAGECE

PROCESSO Nº 0700.000052/2016-01

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM (O)A _____

E (O) A _____, ABAIXO
QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

A **COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE** situada(o) na _____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada(o) **CONTRATANTE**, neste ato representada(o) pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1.O presente contrato tem como fundamento o PROCESSO 0700.000052/2016-01 e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital da **dispensa de licitação contida no processo 0700.000052/2016-01** e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto deste contrato a aquisição de **FORNECIMENTO DE VÁLVULAS E ACESSÓRIOS DE TUBULAÇÃO PARA A ETA GAVIÃO**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. A entrega do objeto dar-se-á sob a forma Integral (única parcela), nos termos estabelecidos na Cláusula Décima do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

Dado o prazo contratual de 180 dias (Cláusula Oitava) (resultante de uma Dispensa Emergencial), não haverá reajustes no Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA, exclusivamente no Banco Brasileiro de Descontos S/A – BRADESCO

6.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo I – Termo de Referência.

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.4.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos PRÓPRIOS DA CAGECE.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO

8.1. O prazo de vigência deste contrato é de 180 (cento e oitenta) dias contado a partir da sua

assinatura, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. Não será exigida prestação de garantia para esta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

10.1. Quanto à entrega:

10.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas no Anexo I Termo de Referência do edital, no prazo de **120 (cento e vinte) dias** contado a partir do recebimento da nota de empenho ou instrumento hábil, no Centro de Distribuição da CAGECE, av. Carneiro de Mendonça s/n Bairro: Pici - Fortaleza – CE-(85) 3101-5611, de 08 às 17h – de segunda-feira a sexta-feira.

10.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

10.2. Quanto ao recebimento:

10.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela CONTRATANTE.

10.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

11.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

11.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

11.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à

fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

11.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução deste contrato, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

11.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.7. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital, no prazo de **05 (cinco) dias** contados da sua notificação.

11.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

11.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Fornecimento.

12.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

12.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

12.4. Notificar a CONTRATADA, de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

12.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato.

12.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

12.7. Na hipótese de a CONTRATADA não cumprir o objeto contratual, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos materiais, arcando a referida CONTRATADA com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE.

12.8. Assegurar-se de que os preços Contratados estão compatíveis com àqueles praticados no mercado pelas demais empresas do mesmo ramo, de forma a garantir que os preços Contratados continuem a ser os mais vantajosos para a Administração.

12.9. Assegurar os recursos financeiros necessários para contratação do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Coordenação de Confiabilidade GEMAE-CNF da CAGECE, especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades :

14.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

- a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.
- c) Multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 0,3% (três décimos por cento) em caso de reincidência.
- d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CONTRATANTE.

14.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então descredenciada no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

14.2. Se não for possível o pagamento das multas por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá as multas por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE),

podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

14.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1. O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **“prática conluiada”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.3. Considerando os propósitos dos itens acima, o contratado deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

15.4. O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas,

conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80, do mesmo diploma legal.

16.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso XII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro do município de Fortaleza, do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)

CONTRATANTE

(nome do representante)

CONTRATADO(A)

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)

(nome da testemunha 2)

RG:

RG:

CPF:

CPF:

Visto:

(Nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)